



**ACÓRDÃO Nº1611/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11327/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Benjamin Constant.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Etã Pereira Castelo Branco (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAPE, DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2144/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Benjamin Constant. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.  
Determinação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Sr. **Etã Pereira Castelo Branco**, Vereador-Presidente da Câmara Municipal de Benjamin Constant, exercício de 2019, nos termos do art. 71, II, e do art. 75 da Constituição Federal, c/c o art. 1º, II, e com o art. 22, III, "b", da Lei Estadual nº 2.423/96, c/c o art. 11, III, "a", 2, e com o art. 188, § 1º, III, "b", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. **Etã Pereira Castelo Branco**, Vereador- Presidente da Câmara Municipal de Benjamin Constant, exercício de 2019, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), com fulcro no art. 1º, XI, XII e XXVI, no art. 52 e no art. 54, VI, da Lei Estadual nº 2.423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), em razão do conjunto de impropriedades identificadas e não sanadas de responsabilidade do gestor, descritas no Relatório Conclusivo nº 56/2021-DICOP (7.2 Termo de Contrato nº 006/2019) e 7.3 (Ata de Registro de Preços nº 004/2019), fls. 988/1015, sendo os dispositivos violados os seguintes: o art. 6º, IX, "f", c/c o art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/93 e o art. 1º, 2º e 3º da Lei Federal nº 6.496/77, e no Relatório Conclusivo nº 77/2021-DICAMI (achados nº 01, 03, 07, 08, 10, 11 e 12),



**ACÓRDÃO Nº1611/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

fls. 1016/1046, o que configura ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa aplicada, na esfera estadual para o órgão fundo de apoio ao exercício do controle externo - Faece, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da Sefaz/AM, sob o código “5508 – multas aplicadas pelo TCE/AM – fundo de apoio ao exercício do controle externo – Faece”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Recomendar** ao Sr. **Etã Pereira Castelo Branco**, ou quem estiver no exercício de Chefe do Poder Legislativo de Benjamin Constant, que observe, com rigor, os seguintes preceitos:

**10.3.1** A manutenção dos documentos técnicos de obras/reformas/serviços de Engenharia nos arquivos da Câmara Municipal de Benjamin Constant - CMBC para quando da presença da Comissão de Inspeção da DICOP/TCE se possa analisá-los *in loco*, evitando a necessidade de solicitação por notificação;

**10.3.2** Atenda ao disposto no art. 6º, IX, da Lei N.º 8.666/93 para fins de elaboração de Projeto Básico para obras e serviços de Engenharia quanto aos documentos: Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Composição de Custos Unitários, Cronograma Físico-Financeiro, Projeto Arquitetônico (se couber) e/ou Projeto Geométrico (se couber), todos devidamente assinados por responsável técnico credenciado e com o devido registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas – CREA/AM;

**10.3.3** Atente à exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (art. 1º c/c art. 2º c/c art. 3º da Lei Federal N.º 6.496 de 07/12/1977



**ACÓRDÃO Nº1611/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

c/c o art. 1º c/c art. 2º c/c art. 3º da Resolução N.º 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA) por pessoa física e/ou jurídica executora de obras e/ou serviços de Engenharia.

**10.4. Determinar** à DICAPE que averigue a situação descrita no achado 05, quanto à possível acumulação ilegal de cargos públicos no âmbito da Câmara Municipal, cf. o Relatório Conclusivo nº 77/2021-DICAMI, fls. 1016/1046, fato este que não foi apreciado no seio destes autos por questões de delimitação dos fatos afetos à prestação de contas de 2019, por sugestão do MPC, e que foi encampado por esta relatoria;

**10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno para que oficie ao Responsável sobre o teor do Acórdão, acompanhando cópia do Relatório-voto para conhecimento;

**10.6. Arquivar** o presente processo, após cumpridas as formalidades legais.

**11- Ata:** 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de setembro de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral